

Criar condições de possibilidade: política e cultura plural segundo Michel de Certeau

Alexandre Barbalho
Universidade Estadual do Ceará
Brasil

Introdução

Nascido em 1925 e ordenado jesuíta em 1956, Michel de Certeau foi um pensador com uma trajetória marcada tanto pela formação interdisciplinar- teologia, história, antropologia, sociologia, filosofia psicanálise e linguística, para citar as mais referenciadas –, quanto pela amplitude de temas que abordou tais como misticismo, juventude, práticas culturais e teoria da história. Não sem razão, Genevieve Tames e José Antonio Velásquez (2025) qualificam a trajetória de Certeau como a de uma “experiência poliédrica”.

Apesar de não ser um intelectual francês típico de seu tempo, não tendo se filiado a partidos políticos, nem escrito e assinado manifestos, a exemplo de Sartre e Foucault, Certeau era um pensador progressista (Josgrilberg, 2005), atento ao que se passava na sociedade francesa e em outros lugares do mundo, em especial na América. Esteve envolvido em debates públicos relevantes e foi um dos únicos a arriscar no calor da hora uma interpretação dos movimentos que eclodiram a partir de maio de 1968 na França.

Suas análises sobre os acontecimentos de “maio 68”, além projetá-lo para fora do círculo no qual era conhecido entre teólogos e historiadores¹, colocam ou atualizam questões para seu pensamento, em particular as que se referem à possibilidade da criação. Como situa Luce Giard, interlocutora de pesquisa e estudiosa de sua obra, a partir daquele momento histórico, ao buscar caminhos e objetos próprios às suas reflexões, Certeau encontra a “verdadeira questão” ou a “questão indiscreta”: “Como se criar?”, em substituição à pergunta

¹ Essa projeção o situou em uma posição privilegiada entre as referências dos Estudos Culturais, campo com o qual possui diversas afinidades temáticas e teóricas, em especial nos estudos sobre recepção e sobre criatividade cotidiana, tanto que *A invenção do cotidiano* foi publicado em inglês quatro anos depois de seu lançamento francês e se tornou rapidamente uma referência entre os pesquisadores culturalistas de língua inglesa (Mattelart; Neveu, 2004). Sobre a relação de Certeau com os Estudos Culturais ver Dragicevic, 2010; Fonkoua, 2018; e Hadley, Kaszynska; Torreggiani, 2000. Isso ocorreu a despeito do pouco contato da academia francesa com essa corrente, mais ligada ao universo anglo-saxão. Ou pela falta de uma tradição de pesquisas aplicadas e encomendadas pelo governo inglês na área da política cultural, tal como a encontrada na França, das quais são exemplares a conduzida por Certeau e a conduzida por Bourdieu (2007) sobre os museus de arte e seu público. A esse respeito ver Dubois, 2011a; Isar, 2009.

sobre “criar o quê e como”? (Giard, 2000, 12). Ao novo campo de pesquisa correspondem novos chamados e tarefas públicas e interlocutores (pesquisadores sociais, gestores culturais, organizações informais de professores e estudantes, alta burocracia francesa etc.).

O contexto destes encontros, estudos e experiências proporcionou ao pensador francês os meios para aprofundar sua reflexão e se desvincular de generalizações abstratas e dos lugares-comuns que tomavam conta da política cultural francesa (Giard, 1995). Preocupado em captar a inovação e a inventividade cultural na vida cotidiana, como se verá, no entendimento de Certeau, uma política cultural para ser renovadora e, ao mesmo tempo, se apoiar no real, não pode prescindir do pensamento e do apreço pelo próximo, pela alteridade.

A partir de seus posicionamentos políticos e analíticos, Certeau, que desde 1971 lecionava na Universidade de Paris VII, foi convidado para ser o relator do Colóquio Internacional de Arc-et-Senans, em abril de 1972, preparatório para o Encontro de Helsinque que, reunindo ministros europeus, tinha como objetivo estabelecer uma política cultural para o continente. Parte do material que produziu para o relatório² resultou no livro *A cultura no plural*, publicado na França em 1974. Uma obra que trata de instituições culturais – seja as das instâncias de hierarquização social, seja as que compõem o que denominou de “antropologia da credibilidade”, seja as que compõem a “ciência tática das maneiras de fazer” (Certeau, 1995, 19)– e se insere em um movimento mais amplo do Ministério da Cultura francês em diversificar suas políticas (Piau, 2020).

No ano do lançamento de *A cultura no plural*, Augustin Girard, então à frente do Serviço de Estudos e Pesquisas (SEP) do Ministério da Cultura³ – na época renomeado como Secretaria de Estado da Cultura –, propõe à *Délégation Générale à la Recherche Scientifique et Technique* (DGRST) uma pesquisa dentro do conceito geral de “desenvolvimento cultural” que fundamentasse os gestores do órgão nas decisões políticas e orçamentárias.

Leitor de Certeau, Girard o convida para dirigir a pesquisa que recebeu o título de “Conjuntura, síntese e prospectiva” e que teve duração de quatro anos (1974-1978). Contudo, os resultados finais só seriam apresentados em 1979. O SEP tinha publicado em 1974 um *survey* sobre práticas e consumos culturais da população francesa. Mas Certeau e sua

² O relatório escrito por Certeau se intitulou “La culture dans la société”.

³ Girard foi uma das figuras mais influentes da política cultural francesa entre os anos de 1960 e 1980, tendo servido a governos de direita e esquerda no Ministério da Cultura e marcou o pensamento político-cultural na Europa e nos EUA (Gordon, 2009; Deschamps; Lefebvre, 2012).

equipe pretendiam captar exatamente aquilo que os dados estatísticos não alcançaram, ou seja, as maneiras e as astúcias dessas práticas e consumos no dia a dia.

O longo processo de debates e pesquisas relacionado ao projeto incluiu uma rede de interlocutores e estadias à trabalho de Certeau em vários países na Europa e na América, incluindo o Brasil⁴. E dele resultou a obra *A invenção do cotidiano*, em dois volumes, sendo o primeiro, *Artes de fazer*, de autoria de Certeau, e o segundo, *Morar, cozinhar*, de autoria de Certeau, Luce Giard e Pierre Mayol, ambos publicados em 1980⁵ na França⁶.

Sue Saltmarsh defende que a obra de Certeau, em particular, *A invenção do cotidiano*, traz três importantes contribuições para o estudo da política, ou melhor, da cultura política. A primeira reside no seu “interesse nas maneiras pelas quais as práticas cotidianas e as ordens sociais interagem de forma produtiva” e “com as formas de fazer e usar, fazer e ‘dar um jeito’ – por meio das quais ele argumenta que a vida cotidiana se reinventa”. A política, e a política cultural aí incluída, “é simultaneamente imposta e apropriada, reconfigurada por seus usuários de maneiras não necessariamente imaginadas ou intencionadas por aqueles que a produziram, e posta em prática de inúmeras maneiras” (Saltmarsh, 04).

Uma segunda contribuição é o seu compromisso com a heterogeneidade e o reconhecimento da “cumplicidade” na produção cultural. Esta “marginalidade de uma maioria”, nas palavras de Certeau, demanda a atenção para a heterogeneidade, a multiplicidade e a incontrollabilidade, “insistindo numa ética do reconhecimento e num compromisso com a cultura do quotidiano e a sua proliferação de práticas como aquilo que ‘já está a acontecer’” (Saltmarsh, 05). Por fim, a sua defesa insistente em desvendar como os “outros” implícitos na política pública atuam como intérpretes, retirando a pretensa objetividade e cientificidade de qualquer política, o que “coloca a análise de políticas em foco

⁴ Na realidade, a rede e as viagens começam bem antes da pesquisa para o Ministério. No que diz respeito ao Brasil, como situa Geraldo Mori SJ (2025), sua primeira vinda ao país foi ainda nos anos 1960 para participar de um encontro da Conferência Latino-Americana de Religiosos (CLAR). Desde esse momento, estabeleceu contatos com vários grupos brasileiros, com destaque para os católicos, como o “Grupo de Religiosidade Popular”, que reunia agentes de pastoral e docentes do Instituto Teológico do Recife (ITER). Teria sido ele, em 1966, quem primeiro levou para França documentos comprovando a existência de tortura no país (Josgrilberg, 2005). Em *A invenção do cotidiano*, Certeau (2000) fala de uma “arte brasileira” ao se referir à religiosidade popular nordestina, em especial àquela em torno da liderança carismática de frei Damião.

⁵ Antes da publicação de *A invenção do cotidiano*, parte dos temas e das reflexões que Certeau abordou nessa obra foi antecipada no livro *Ecole et cultures: déplacer les questions* publicado pela Universidade de Geneve em 1979.

⁶ Uma questão importante é sobre o que foi feito dessa extensa pesquisa pelo Ministério da Cultura. Tudo indica que ela não teve resultados práticos na agenda e na definição das políticas do órgão, ainda que tenha qualificado o pensamento institucional da política cultural francesa (Isar, 2009).

como um processo subjetivo em si mesmo” (Saltmarsh, 05), criando espaço para a dimensão subjetiva, sua capacidade de agência e manobra.

Como se pode deduzir, a partir do que foi exposto acima, e em concordância com Jeremy Ahearne, a relação de Certeau com o tema da política cultural não é puramente teórica, mas fundamenta-se “na familiaridade com os processos eficazes de tomada de decisão governamental”, sem que por isso “tenha sido condicionado por uma subserviência tecnocrática às agendas governamentais sucessivas” (Ahearne, 2004, 78). Desse modo, Certeau propôs uma “política de experimentação” que se situasse entre “os grandes, mas infundados, projetos da teoria pura e a subserviência reativa da prática empiricamente orientada” (Ahearne, 2004, 83)

O objetivo deste artigo é dialogar com o pensamento de Michel de Certeau, em especial com a obra *A Cultura no plural* – que Giard qualificou como “essencialmente um *texto político*” (Giard, 1995, 13 – itálico no original) –, para estabelecer conceitos e noções que possam auxiliar os analistas e formuladores das políticas culturais na América Latina contemporânea. Vale dizer que o pensador francês é relativamente bem referenciado entre os pesquisadores brasileiros sobre a organização cultural, mas a partir do debate sobre a noção de cultura, em especial da cultura no/do cotidiano, tendo como referência a citada obra *A invenção do cotidiano* (Barbalho; Holanda, 2014). Deste modo, pretende-se, com esta abordagem, ampliar a recepção do autor no campo de estudos sobre política cultural latino-americana⁷.

A autoridade e o poder do crível

Para quem acessou o pensamento de Certeau por meio de suas discussões sobre as astúcias e as táticas, pode estranhar o fato de que, para ele, a autoridade não é algo intrinsecamente negativo. Ao contrário, ela que permite comunicação – ao fornecer referências

⁷ Como situam Diana Gonçalves Vidal, Maria Angela Borges Salvadori e Ana Luiza Jesus da Costa (2019), a recepção de Certeau no Brasil se deu principalmente por meio de *A invenção do cotidiano* publicado pela primeira no país em 1994, um ano antes da edição brasileira de *A Cultura no Plural*. A força da primeira obra se revela na sua incorporação em diversas disciplinas: Educação, Antropologia, Arquitetura, História, Psicanálise, Comunicação, Artes, Ciências Sociais e Políticas. A abordagem da política cultural a partir de Michel de Certeau também não é usual em outras línguas, fora o francês. Em inglês, por exemplo, as obras *Understanding Cultural Policy* de Carole Rosenstein (2018) e *Cultural Policy*, de Toby Miller e George Yúdice (2004) não fazem qualquer referência ao autor. Em espanhol, o mesmo ocorre, por exemplo, na obra de Eduardo Nivón Bolán (2006), *La política cultural. Temas, problemas e oportunidades*.

comuns – e criatividade – ao fornecer vias possíveis – sociais. Isso porque, na sua definição, autoridade é “tudo que dá (ou pretende dar) autoridade – representações ou pessoas – e que se refere, portanto, de uma maneira ou de outra, àquilo que é ‘aceito’ como ‘crível” (Certeau, 1995, 40).

As duas figuras que dão forma à autoridade, a partir dessa compreensão, são os discursos e as pessoas e ambas se baseiam na adesão. Esse “acordo espiritual” – “uma convicção (que consiste em um controle) proporcionada a uma representação (da qual constitui uma consequência)” (Certeau, 1995, 37) – é o que legitima o exercício do poder.

Se as autoridades se degeneram, se são alvo de suspeitas e perda de confiança, não se pode concluir que o problema seja a autoridade em si, mas o descrédito nos quadros de referência até então vigentes em uma sociedade. Este contexto sinaliza para transformações naquilo que é passível de crer e para o possível surgimento de novas autoridades; para o que denominou de “revoluções do crível”, que é uma revolução cultural, que reorganizam as adesões, as referências e as autoridades aceitas.

Por sua vez, um sistema de autoridade deve dar lugar a outro para que uma sociedade não resvale para a violência e a repressão institucionais. Em momentos de descrença, faz-se necessário instituir, a partir das regras do jogo democrático, uma nova organização social da autoridade. Esta deve se contrapor às “autoridades” que, baseadas em poderes e tradições, “apenas *se utilizam* daquilo que se supõe que devam *representar*” (Certeau, 1995, 25 – itálicos no original).

Em vez de recusar a existência da crise, de um lado, ou, de outro, se recusar de reconstruir um pacto social, ainda que sempre contingente, Certeau propõem dois movimentos que, longe de serem antitéticos, estão relacionados: assumir a existência do descrédito e trabalhar para superá-lo. Esses dois momentos revelam a condição latente de toda organização social ao permitirem que “cada um articule sua relação com os outros com sua relação com a verdade” e ao representarem “o que nunca é adquirido e aquilo que é, portanto, impossível dispensar: uma credibilidade” (Certeau, 1995, 25).

Certeau chama atenção, portanto, para a necessidade da construção coletiva de crenças, onde se compartilhem sinais de reconhecimento e acordos tácitos, possibilitando um “comércio sociocultural”. Ainda que frágil e móvel, a existência de credibilidade é um dado fundante da vida social, a condição de possibilidade da experiência social. Trata-se, então, de uma “tarefa infundável” – termo que o pensador francês toma emprestado de Husserl – pois

todo resultado deve ser sempre comprovado e revisto, uma vez que as crenças em discursos e pessoas são equilíbrios culturais instáveis em suas redes políticas, econômicas e sociais; “entre o direito (visível) e o avesso (opaco) da credibilidade, entre aquilo que as autoridades articulam e aquilo que delas é aceito, entre a comunicação que permitem e a legitimidade que pressupõem, entre aquilo que elas tornam possível e aquilo que as torna críveis” (Certeau, 1995, 25).

Certeau reivindica o olhar para os movimentos populares que tentam estabelecer suas próprias autoridades, ou seja, “tentam instaurar ou restaurar uma rede de relações sociais necessárias à existência de uma comunidade” (Certeau, 1995, 39). E se o que lhe inquieta, de imediato, é a realidade francesa, seu diálogo é mediado pela leitura do livro *Réforme et révolution dans les sociétés traditionnelles. Histoire et ethnologie des mouvements messianiques* da socióloga brasileira Maria Isaura Pereira de Queiroz e publicado na França exatamente em 1968⁸. É de Queiroz a citação feita por Certeau de que os referidos movimentos reagem “contra a perda do direito fundamental, o direito de um grupo social formular, ele próprio, seus *quadros de referência* e seus modelos de comportamento” (Queiroz apud Certeau 1995, 39 – itálico no original).

Quando esse “direito fundamental” desaparece? Quando se instaura um poder sem autoridade, que Certeau exemplifica com a tirania burocrática ou com o que chama de “Estado pedagogo”?

Retomando o que já foi dito, mas centrando agora na esfera estatal, Certeau – tal como outros que se detiveram a analisar o poder do Estado, a exemplo de Max Weber e de Pierre Bourdieu – aponta que este poder se fundamenta na força, mas também na legitimidade; em uma dialética entre proibição e permissão, entre proibir fazer e permitir crer. Mas quando a lógica estatal expande o domínio do público a todos e, no mesmo movimento, encobre sua ligação com grupos particulares, ela não tem mais limite. Ao desaparecer sua relação com o outro, com a alteridade, extingue-se não só sua autoridade, mas também a possibilidade da luta.

Um poder sem autoridade, sem que ninguém o autorize expressamente e que não presta contas a ninguém, esta é a tirania burocrática, o “reino do anônimo” que aliena todas as pessoas, transformando-as de responsáveis em beneficiárias, de sujeitos em explorados.

⁸ Queiroz era uma estudiosa não apenas da religiosidade messiânica, mas de vários outros aspectos da cultura popular, desde os arranjos de poder em torno do coronelismo e do cangaço, até as festas populares como carnaval, tendo sido, na avaliação de Renato Ortiz (2020), a mais importante socióloga brasileira.

Ora, diante deste contexto, para fugir ao anonimato, só resta a violência, a linguagem da violência. Para evitar que este recurso seja o único (não se trata de prescindir dele, diga-se de passagem), quando a articulação entre poder e representação, ou entre a sociedade e seu sistema de representação, entra em crise, é preciso restaurar a criatividade democrática, a participação social na elaboração das representações comuns.

Se a base da autoridade é a credibilidade, a crença, uma operação individual e coletiva simbólica, portanto, cultural, o que Michel de Certeau entende por cultura e, o mais importante, por que ela é, ou deve ser, plural?

Cultura plural

Qualquer atividade humana é, em potencial, uma atividade cultural porque passível de significação. Mas o significado atribuído não pode ser dado apenas por quem a pratica, pois a cultura é, antes de tudo, um ato social, coletivo. Contudo, essa atividade deve ser reconhecida por amplos setores da sociedade. Acontece que há diversas práticas socioculturais, comuns, inclusive, à maioria dos indivíduos de determinado grupo (social, étnico, nacional etc.) que não são legitimadas por elites ou setores dominantes porque vigora uma cultura hegemônica monolítica.

A identificação de “a” cultura, que não é nada mais que um fragmento, uma expressão cultural que se universaliza, silencia as demais. Esse conjunto de criações e práticas, minoritário em termos quantitativos, mas forte para se impor como legítimo, resulta em “campos inteiros da experiência (...) desprovidos de pontos de referência que lhes permitam uma significação às suas condutas, às suas invenções, à sua criatividade” (Certeau, 1995,142). Esse modelo unitário empobrece a trama social porque não há qualquer grupo, nem mesmos os subalternizados, que detenha a totalidade dos significados e dos processos de significação, ainda que haja sempre quem procure definir o que é significativo para si e para o outro.

O silenciamento caminha junto com a discriminação e a hierarquização das expressões culturais entre, por exemplo, cultura de elite, popular e de massa. É a primeira que se considera legítima, a que possui a capacidade de conhecer todo o *socius*, de mudar o mundo e, com isso, cala quem não é erudito. A cultura elitista busca controlar a transmissibilidade de seus valores desde uma operação centrífuga e de cima, operando, assim, de modo

descendente e hierárquico. Do centro e do alto, a elite postula “proteger” o povo e desqualifica a multidão.

No que diz respeito à multidão, que, nessa lógica, é entendida como a consumidora de cultura massiva, ela é adjetivada como passiva e arregimentada em benefício de outros e deve ser relegada ao esquecimento.

Já a relação com a cultura popular é a de objeto de estudo, que mata o popular, ao mesmo tempo que o transforma em algo belo que não oferece perigo, o que corresponde a uma prática da política cultural francesa de então de museificação do popular ou de sua folclorização (Dubois, 2011b). Inclusive nas abordagens da esquerda, Certeau identificava o mesmo pressuposto, a mesma excomunhão do povo: “o saber permanece ligado a um poder que o autoriza” (Certeau, 1995, 58). Isso implica que a cultura popular é apreendida por meio do “modo de desaparecimento”, um método que faz calar e gera “regiões de silêncio” e uma “geografia do esquecido”.

Para procurar mudar esta perspectiva, não basta uma “inversão das convicções”, mas uma ação política, e, acrescento, cultural, ou melhor político-cultural. Ainda que a democracia cultural seja uma utopia – pois todo saber é fundado na violência e toda organização pressupõe repressão –, faz-se necessário apostar nessa experiência política na medida em que pode fundar novas formas de participação e, acima de tudo, instituir o “espaço problemático de uma interrogação”, espaço fundamental para o permanente questionamento das (novas e velhas) repressões.

No momento em que escreveu seu texto, no calor da hora das rebeliões estudantis na França, como já dito, Certeau identificava que a cultura estava sob controle do poder ou de uma razão de Estado. Esta cultura no singular era mortífera, uma mistificação política que ameaçava a criatividade. Daí que o “maio 68” colocava um problema novo: a “hipótese de uma pluralidade de culturas, isto é, de sistemas de referências e de significados heterogêneos entre si” (Certeau, 1995, 142). À homogeneização provocada pelo poder estatal ou pela economia deve se contrapor a diversificação cultural, de suas expressões e instituições.

Certeau se pergunta: mas não será dessa maneira, a partir da constante diferenciação da cultura, que é possível pretender que, “em última análise, o significado da existência seja idêntico às formas múltiplas que o homem corre o risco de ser” (Certeau, 1995, 143)? Se não é certo que chegaremos a isso, nem que estejamos nos encaminhando para esse fim, existe lugar para uma política cultural nesse direcionamento.

Política cultural como campo de possibilidades

Certeau avalia a importância dos temas e dos problemas da cultura na sociedade de sua época, marcada pelo produtivismo, o que resulta na lógica do desenvolvimento e da satisfação de necessidades culturais – condições estas que se tornaram mais agudas no atual capitalismo de plataforma e do mundo uberizado. Aqui vale trazer a definição de “desenvolvimento cultural” – tema que marca a política cultural francesa (Chosson, 1996): trata-se de submeter “à lei de um crescimento homogêneo as reformas necessárias a uma extensão da produção ou do consumo”, sustentada, por sua vez, por “uma ideologia da continuidade e, em particular, da invariabilidade do sistema socioeconômico” (Certeau, 1995, 196). Este desenvolvimento, por um lado, se opõe a revoluções e/ou a transformações estruturais na cultura, e, de outro, adere fácil à esfera da planificação e à classificação tecnocrática.

Por isso, para o pensador francês, “as indagações e as ações ditas culturais representam ao mesmo tempo sintomas e respostas a mudanças estruturais da sociedade” (Certeau, 1995, 192). Deduz-se daí a importância da política cultural – entendida como um “conjunto mais ou menos coerente de objetivos, de meios e de ações que visam à modificação de comportamento, segundo princípios ou critérios explícitos” (Certeau, 1995, 192) – pois ela atinge questões centrais do *socius*, ao mesmo tempo que é atingida por elas.

Por sua vez, a política cultural pode assumir o discurso neutro de “o cultural”, em lugar de “a cultura”. Neste viés, o cultural possuiria autonomia, flexibilidade e indiferenciação e se tornaria um não-lugar, onde tudo circula. É quando a política opta por uma agenda abstrata da “dimensão cultural” para lidar com ela separada da sua dimensão sócio-política.

Um primeiro passo para a política cultural escapar da lógica da generalização a partir de um recorte, ou seja, de universalizar o que é específico, é que os agentes⁹ encarregados de sua elaboração interpretemos sintomas sociais e seu funcionamento. O momento seguinte é estabelecer uma “topografia de questões” ou “tópica” que deve se considerada no momento de pensar as ações culturais¹⁰. Isso porque, como adverte Certeau em relação à França – mas que pode se estender para outras realidades nacionais –, muitas vezes, as instituições culturais

⁹ Os agentes culturais, para Certeau, são “aqueles que exercem uma das funções ou uma das posições definidas pelo campo cultural: criados, animador, crítico, promotor, consumidor etc” (Certeau, 1995, 195).

¹⁰ Por ação cultural, Certeau entende “uma intervenção que liga os agentes a objetivos (ou ‘alvos’) determinados. É também um segmento operacional em que os meios de realização dizem respeito aos objetivos a serem definidos” (Certeau, 1995, 195).

públicas, por variados motivos, não conseguem captar as iniciativas inovadoras que se dão ao seu redor, nas suas bordas, sendo, desse modo, expressões de contracultura. Ao não incorporar (que não significar cooptar) estas iniciativas, diminui-se a diversidade social; elimina-se publicamente “aquilo que sempre suscitou e fecundou até agora a vida cultural e biológica das sociedades humanas: as diferenças qualitativas” (Certeau, 1995, 201).

O próximo movimento, neste peculiar ciclo de política pública elaborado por Certeau, é o de selecionar entre as opções de ação colocadas. Para tanto, faz-se necessário “especificar objetivos, mediante a análise das situações” que “devem inserir no mapa alguns lugares cujos critérios sejam definíveis, onde intervenções possam efetivamente corrigir ou modificar o processo em curso” (Certeau, 1995, 193). Disso decorre um “campo de possibilidades estratégicas”, entendimento fundamental para a implementação de políticas, programas e ações de cultura por parte dos governos, pois qualquer decisão que aponta para uma estratégia coloca em debate a organização dos poderes a ela relacionados, o que demanda, por sua vez, uma análise política.

Este campo de possibilidade deve romper com as estratégias institucionais que estruturam, ocultam e mantêm as operações de poder são usadas para manter à distância aqueles que não têm um “lugar adequado” dentro da instituição. Certeau (2000) argumenta que os consumidores (em sentido amplo) respondem com táticas, incursões temporárias e “estratégias astutas” que proporcionam momentos temporários de agência e resistência. A interação entre estratégias e táticas, por sua vez, desempenha um papel importante na reconfiguração das crenças e práticas culturais cotidianas ao longo do tempo.

É importante, nesse ponto, trazer a distinção entre “estratégia” e “tática”, o que relaciona o debate que Certeau faz em *A cultura no plural*, com aquele que vai desenvolver junto com sua equipe de pesquisa em *A invenção do cotidiano*. Estratégia diz respeito ao “cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’” e, com isso, “postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta” (Certeau, 2000, 46). “As estratégias”, chama atenção Certeau, “escondem sob cálculos objetivos a sua relação com o poder que os sustenta, guardado pelo lugar próprio ou pela instituição” (Certeau, 2000, 47).

Diferente é a tática, “um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível” (Certeau, 2000, 46). Nesse

sentido, ela não tem base e só tem o lugar do outro onde se insinua, daí que ela depende do tempo, do jogo com os acontecimentos para transformá-los em “ocasiões”, “momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos [bricolagem]”. Táticas são as iniciativas criadoras, as práticas cotidianas, as “maneiras de fazer”, verdadeiras “performances operacionais”. Elas manifestam “a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula” (Certeau, 2000, 46).

Fernanda Arêas Peixoto, ao discutir a teoria das práticas ordinárias de Michel de Certeau, ou “poética social” no sentido etimológico do termo de criar ou inventar, observa que o pensador francês “não se detém nos espaços e mecanismos estatais, econômicos e científicos – ainda que sejam estes os terrenos nos quais as táticas operam, já que se imiscuem nos “lugares próprios” definidos pelas instituições e pelas racionalizações estratégicas” (Peixoto, 101-102). Por isso que o ato de agir, como uma mobilidade tática é transgressor e político

Voltando ao campo de possibilidades estratégicas, ele se constitui com a identificação de “pontos que permitam intervenções concretas e pertinentes” apoiadas em “experiências em curso, as únicas capazes de abrir efetivamente possibilidades”. Ou seja, as iniciativas inovadoras nas bordas da institucionalidade que podem ser consideradas como ações táticas. A busca por essas práticas à margem, por essas táticas, foi o que animou *A invenção do cotidiano*: essas invenções do dia a dia, essas operações por meio das quais os indivíduos, imersos em relações sociais, não se deixam disciplinar; a bricolagem feita pelos consumidores-produtores, “com e na economia cultural dominante, usando inúmeras e infinitesimais metamorfoses da lei, segundo seus interesses próprios e suas próprias regras” (Certeau, 2000, 40). Ainda segundo Certeau, “essas práticas colocam em jogo uma *ratio* ‘popular’, uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte combinatória indissociável de uma arte de utilizar” (Certeau, 2000, 42).

Se, em *A cultura no plural*, Certeau desenvolve uma crítica às políticas culturais baseadas em modelos homogêneos, centralizados e descendentes, em *A invenção do cotidiano* ele desloca o olhar para as práticas ordinárias, evidenciando as táticas por meio das quais os sujeitos se apropriam, desviam e reinventam as estruturas impostas. Longe de constituírem abordagens desconexas, essas duas perspectivas operam de forma complementar: enquanto a primeira fornece o enquadramento político e crítico das instituições culturais, a segunda oferece uma analítica das práticas concretas que atravessam e reconfiguram essas mesmas

instituições. Essa articulação permite compreender a política cultural não apenas como um conjunto de estratégias formuladas pelo Estado, mas como um campo dinâmico de interações entre estratégias e táticas, entre normatização e invenção.

A compreensão da política cultural como campo de possibilidades estratégicas permite não apenas reconhecer os limites das instituições, mas também evidenciar a centralidade das práticas que se desenvolvem em suas margens. São essas práticas — frequentemente invisibilizadas ou deslegitimadas — que alimentam a dinâmica cultural e tensionam os dispositivos de poder, abrindo espaço para reconfigurações no interior do próprio sistema.

Contudo, adverte Certeau, ao se tratar de políticas públicas de cultura, deve-se “combiná-las [as iniciativas inovadoras] em um ‘campo’ segundo critérios que fundamentam as decisões a serem tomadas diante de uma proliferação de projetos e de iniciativas” (Certeau, 1995, 205). A advertência serve para destacar o papel do gestor público de cultura: ele não pode ser descartado, mas ter suas funções redimensionadas em direção ao que está fora do quadro organizacional para dar conta de todo o ecossistema cultural. Em outras palavras, trata-se “de criar, em pontos precisos, cruzamentos capazes de fazer com que se manifestem nas instituições seus limites de flexibilidade, as combinações possíveis e, com base em *mistos*, alguns tipos de estruturação apropriados a uma nova sociedade” (Certeau, 1995, 211 – itálico no original).

Por meio do procedimento de se estabelecer sistemas de relações, a política cultural se torna um laboratório de experimentação social. E desde já se entende que esta opção não se dará sem desentendimentos (Barbalho, 2020). Ao contrário, ela deve instaurá-los, pois “nunca houve inovação cultural sem conflitos sociais e sem vitórias políticas” (Certeau, 1995,214).

Considerações finais

“A política”, adverte Certeau, “não garante a felicidade nem confere significado às coisas. Ela cria ou recusa condições de possibilidade. Interditada ou permite: torna possível ou impossível” (Certeau, 1995,214). Essa chave interpretativa é, talvez, a principal contribuição do pensamento de Certeau para o campo das políticas culturais: mais do que gerir bens e serviços culturais ou ampliar o acesso, trata-se de criar condições de possibilidade para a

emergência de práticas, saberes e formas de vida diversas. A política cultural deixa, assim, de ser compreendida exclusivamente como um dispositivo de difusão e passa a ser concebida como um espaço de mediação, conflito e experimentação.

Essa inflexão apresenta implicações relevantes para o contexto latino-americano. Em sociedades marcadas por profundas desigualdades sociais e por uma histórica deslegitimação de práticas culturais subalternizadas, uma política cultural inspirada em Certeau deve deslocar seu foco para as margens, reconhecendo nas práticas cotidianas não apenas objetos de intervenção, mas instâncias legítimas de produção de sentido.

Algumas experiências nesse sentido já estão em curso e não cabe aqui analisá-las, mas apenas apontá-las, como campos futuros da pesquisa. Trata-se, como exemplo mais relevante, da Política Nacional Cultura Viva do Ministério da Cultura brasileiro (MinC) que criada em 2004 como um programa e instituída em 2014 como política, articula por todo o país os Pontos de Cultura, espaços da sociedade onde se produz arte e cultura a partir de articulações do próprio território. Esta política, por sua vez, impulsionou a criação em 2013 do IberCultura Viva, proposta pela Secretaria Geral Ibero-americana e pelo Ministério da Cultura brasileiro atualmente contando com oito países: Argentina, Costa Rica, Chile, El Salvador, Espanha, México, Peru e Uruguai (Barbalho; Brizuela, 2021).

Pode-se afirmar, por fim, que, ao insistir na pluralidade, na contingência e na dimensão conflitiva da cultura, Certeau oferece instrumentos analíticos e políticos para pensar políticas culturais menos normativas e mais abertas à diversidade social. Sua reflexão não fornece modelos acabados, mas orientações para a construção de políticas capazes de tornar possíveis outras formas de viver, criar e significar o mundo.

Referências

- Ahearne, Jeremy. Public intellectuals and cultural policy in France. In: Ahearne, J; Bennett, O. (org). *Intellectuals and Cultural Policy*. Londres: Routledge, 2007. p. 215-232.
- . *Between Cultural Theory and Policy: The cultural policy thinking of Pierre Bourdieu, Michel de Certeau and Régis Debray*. Research Papers No 7. Coventry: Centre for Cultural Policy Studies. University of Warwick, 2004
- Barbalho, Alexandre. *Política cultural y desacuerdo*. Buenos Aires: RGC, 2020.
- Barbalho, Alexandre; Brizuela, Juan. De pontos de cultura à cultura viva comunitária: teias de políticas públicas e de agentes culturais na América Latina. In: Júlio César Suzuki, Maria Margarida Cintra Nepomuceno, Gilvan Charles Cerqueira de Araújo. (Org.). *Organismos internacionais nas políticas culturais para a América Latina*. São Paulo: FFLCH/USP, PROLAM/USP, 2021, v. 3, p. 252-277.
- Barbalho, Alexandre; Holanda, Jocastra. Estudos de política cultural no Brasil: um olhar desde o Enecult. In: Rubim, Linda; Pitombo, Mariella; Souza, Delmira (Org). *ENE-CULT 10 anos*. Salvador: UFBA, 2014. p. 159-182.
- Bolán, Eduardo Nivón. *La política cultural. Temas, problemas e oportunidades*. Cidade do México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 2006.
- Bourdieu, Pierre; Darbel, Alain. *O amor pela arte. Os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo: Edusp, 2007
- Certeau, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2000
- . *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 1995.
- Chosson, Jean-François. “Les politiques publiques et la question du développement culturel”. *Hermès, La Revue*, v. 20, n. 2, 1996. pp. 59-65.
- Deschamps, François; Lefebvre, Alain. “Augustin Girard, un infatigable fonctionnaire-militant des politiques culturelles”. *L’Observatoire*, v. 40, n. 1, 2012, pp. 78-79.
- DragičevićSešić, Milena. “Michel de Certeau, Culture in the plural”. *International Journal of Cultural Policy*, v. 16, n. 1, 2010, pp. 23-25.
- Dubois, Vincent. “Lowbrow culture and French cultural policy: the socio-political logics of a changing and paradoxical relationship”. *International Journal of Cultural Policy*, v.17, n. 4, 2011a, pp. 394-404.
- . “Cultural capital theory vs. cultural policy beliefs: How Pierre Bourdieu could have become a cultural policy advisor and why he did not”. *Poetics*, v. 39, n. 6, 2011b, pp. 491-506.
- Fonkoua, Romuald. “Prises et reprises de paroles. Michel de Certeau au miroir des écrivains subalternes”. *Les Dossiers du Gribl*, v. 12, n. 12-2, 2018.
- Giard, Luce. História de uma pesquisa. In: Certeau, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 09-34.

- . A invenção do possível. In: Certeau, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 1995, p. 07-16.
- Gordon, Christopher. "Augustin Girard (1926–2009): a personal tribute". *International Journal of Cultural Policy*, n. 15, v. 3, 2009, pp. 363-364.
- Hadley, Steven; Kaszynska, Patrycja; Torreggiani, Anne. "Everyday creativity and cultural policy". *European Journal of Cultural Studies*, 2026, pp. 1-19.
- Isar, Yudhishtir Raj. "Cultural policy": towards a global survey". *Culture Unbound*, v. 1, n.1, 2009, pp. 61-65.
- Josgrilberg, Fábio. *Cotidiano e invenção. Os espaços de Michel de Certeau*. São Paulo: Escrituras, 2005.
- Maigret, Éric. "Les trois héritages de Michel de Certeau un projet éclaté d'analyse de la modernité". *Annales. Histoire, sciences sociales*, v. 55, n. 03, 2000, pp. 511-549.
- Mattelart, Armand; Neveu, Érik. *Introdução aos estudos culturais*. São Paulo: Parábola, 2004.
- Miller, Toby; Yúdice, George. *Política cultural*. Barcelona: Gedisa, 2004.
- Ortiz, Renato. "Pequena homenagem a uma grande senhora". *Sociologia & Antropologia*, v. 10, 2020, pp. 291-298.
- Peixoto, Fernanda Arêas. "Relembrar Michel de Certeau". *Rev. antropol.*, v. 61 n. 2, 2018, pp. 96-109,
- Piau, Valentin. *Politique culturelle et liens sociaux. Histoire sociale d'un instrument de régulation des normes culturelles*. Angers: Université d'Angers, 2020
- Rosenstein, Carole. *Understanding cultural policy*. New York: Routledge, 2018
- Saltmarsh, Sue. "Michel de Certeau, everyday life and policy cultures: The case of parent engagement in education policy". *Critical Studies in Education*, v. 56, n. 1, 2015, pp. 01-16.
- Sj, Geraldo. "Michel de Certeau e David Tracy: pensadores da diferença e da alteridade". *Portal FAJE*. <https://faculdadejesuita.edu.br/michel-de-certeau-e-david-tracy-pensadores-da-diferenca-e-da-alteridade/>
- Tames, Genevieve; Velásquez, José Antonio. "La experiencia poliédrica de Michel de Certeau: itinerario intelectual y aperturas temático-metodológicas para pensar lo político y la historia en una obra vigente". *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*, n. 160, 2026, pp. 41-50,
- Vidal, Diana Gonçalves; Salvadori, Maria Angela Borges; da Costa, Ana Luiza Jesus. "Cultura e história da educação: diálogos com Michel de Certeau e EP Thompson". *Revista HISTEDBR*, v. 19, 2019.